

Revolução

**É NA LUTA
CONTRA
A BURGUESIA
QUE SE CONSTRÓI
O PODER
PROLETÁRIO**

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO • BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS

XAVIER DE LIMA

António Xavier de Lima é uma firma da propriedade do Sr. que lhe dá o nome, que se dedica principalmente à construção civil, embora também tenha actividade na indústria hoteleira e na agricultura. Mas a construção civil era o seu forte e o facto de existirem terrenos da firma que ainda produzem produtos agrícolas, não quer dizer que tenham sido comprados para tal. Com efeito, o facto de há muito não serem tratados leva a pensar que seriam mais tarde ou mais cedo vendidos por lotes. Apesar de tudo e como exemplo das potencialidades dessas terras é de referir que as vinhas, apesar de não serem tratadas, deram no ano passado 800 e tal mil litros de vinho. E a conhecida quinta de S. Vicente continua a produzir pessegos e laranjas que renderam , não estando tratados ,uns mil e tal contos.

Mas a construção é que rendia. A especulação que era permitida nesse campo, levou a que Xavier de Lima não só ganhasse milhares de contos, como lhe permitiu adquirir quilómetros e quilómetros de terreno na península de Setúbal. Segundo os trabalhadores Hitler queria dominar o mundo, Xavier de Lima queria possuir a península de Setúbal.

Mas apesar de toda essa prosteridade a administração era má. A firma com um passivo de 300 a 400 mil contos movimentava contudo muito mais do que isso. Mas não tinha liquidez e por isso Xavier de Lima todos os fins de mês tinha que recorrer a empréstimos de bancos para pagar os salários dos trabalhadores. E até chegou a passar cheques sem cobertura em Novembro e Dezembro de 1973, à Caixa de Previdência, sem que até hoje tenha sofrido sanções por isso. Como consequência disso os trabalhadores não têm podido receber os abonos de família.

Xavier de Lima tem vinte e tal urbanizações que não estão concluídas e que portanto não satisfazem as condições que lhe são postas por lei, ao lhe ser passado o alvará.

Segundo este, o empreiteiro tem que fazer os arruamentos, canalização e esgotos antes de começar a construção, sem o que não pode vender os lotes de terreno. No

entanto Xavier de Lima passava por cima dessas coisas e tendo os vendedores pedido, um dia, esclarecimento para o facto respondeu que não tinha nada que esclarecer porque ele é que era o patrão. Posteriormente despediu 15 vendedores. Estes alegavam somente que estavam a praticar uma ilegalidade ao vender os lotes e portanto a lesar milhares de pessoas, emigrantes sobretudo a quem vendiam os terrenos mais os que já lá viviam.

De referir, as condições de trabalho dos vendedores. Não tinham descanso semanal e chegavam a trabalhar 12 e mais horas por dia sem que as horas extraordinárias lhes fossem pagas.

Depois do 25 de Abril Xavier de Lima tentou levar a empresa à falência e paralelamente desviar fundos da firma. Assim deixou de comprar material para a construção e alegando falta de trabalho despediu 16 dos 17 motoristas. Começou a vender os automóveis da firma (51 carros vendidos, segundo os trabalhadores, "tão só 20 carros vendidos", segundo Xavier de Lima) sem que o dinheiro tivesse passado pela contabilidade e dispunha-se a vender a maquinaria, ao que os trabalhadores se opuseram, organizando piquetes de vigilância no parque das máquinas.

Xavier de Lima era o proprietário administrador e gerente da firma e é analfabeto, "vigarista, burlão, fascista e reacçãoário. Perante estes acontecimentos os trabalhadores começaram a movimentar-se e Xavier de Lima começou a deixar de aparecer. Durante 20 dias os trabalhadores andaram de Ministério em Ministério denunciando as fraudes efectuadas por esse senhor, tendo cada um elaborado um processo que foi entregue no Ministério do Trabalho, no sentido de recuperar o dinheiro das horas extraordinárias.

Xavier de Lima desaparece para uma sua residência em Cabeço de Vide e por ordem do Ministério do Trabalho é preso pela GNR e mais tarde é-lhe fixada residência num hotel em Cascais.

Enquanto isto se passava Xavier de Lima deixou de tentar recuperar as coisas. Tiveram os trabalhadores uma proposta de financiamento da firma por parte

do Banco Pinto Magalhães , por intermédio do Dr. João Reis , advogado de Xavier de Lima, em que punham como condição, que os trabalhadores retirassem os processos do Ministério do Trabalho. Acontece que o Dr. João Reis é também advogado de Joaquim Ferreira Torres , ex-presidente da Câmara de Murça, e que está ligado ao Pinto de Magalhães.

Ora Ferreira Torres emprestava dinheiro à firma Xavier de Lima a 37% e tem neste momento cerca de 15 mil contos na firma.

O caso é claro: Ferreira Torres, João Reis, Banco Pinto de Magalhães, Xavier de Lima. Os trabalhadores recusaram imediatamente.

Neste momento está a começar a trabalhar uma comissão de inquérito nomeada pela secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo e um técnico do Ministério das Finanças procede à investigação das contas da empresa.

Mas os trabalhadores pensam que é preciso ir mais longe pois, tendo a empresa condições ex-

cepcionais de situação, maquinaria, etc, poderia dedicar-se à construção de habitação social, com a administração do Estado até a situação estar regularizada. Mais tarde e porque, Xavier de Lima já demonstrou além de tudo mais, ser um mau gestor, haveria que estudar a nacionalização da firma. A transformação da firma numa cooperativa de habitação "com os trabalhadores da região" é uma hipótese que também se levanta.

Mas para já e se se mantiverem numa situação de impasse os trabalhadores, decidiram em Assembleia Geral, vender os 800 mil litros de vinho, para comprar material para a construção e pagar os salários. E, os operários da construção, enquanto estão parados por falta de material, decidiram trabalhar nas propriedades da firma: limpar as vinhas, tratar as propriedades.

Enquanto nos gabinetes o processo "segue os trâmites legais", os trabalhadores vão tomando posições.

VIVA EL PRIMER CONGRESO DE NUESTRO PARTIDO COMUNISTA



VIVAN LOS 16 AÑOS DEL PRIMER ESTADO OBRERO Y CAMPESINO DE AMERICA

ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO CUBANA

O exemplo de Cuba, país onde a revolução socialista foi feita desafiando o poderio económico, político e militar do EUA, deve-nos inspirar hoje aqui, no momento das grandes escolhas. No próximo número do nosso jornal falaremos mais sobre esta revolução.

Porta-Voz do PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS



Revolução

sedes

LISBOA - Rua do Arco do Carvalho, n.º 1, 5.ª-Dt.ª
Tel. Jornal "Revolução" 682223
Contacto Partido: 680660

PORTO - Rotunda da Boavista, n.º 76, 3.ª-Esq. Tel. 696280

ÉVORA - Largo do Chão das Covas, 21 Tel. 24906

ALGÉS - Rua Victor Duarte Pedrosa, n.º 15 - Algés de Cima

OLHÃO - Rua 18 de Junho, 64 D e C

COVA DA PIEDADE - Abribrá brevemente sede na Estrada Nacional 10, n.º 6

PRP - BR NO ALENTEJO

Continuando o seu trabalho de organização no Alentejo o PRP - BR fez um comício em Viana do Alentejo no dia 11 e fez de novo um comício em Évora no dia 12.

DA UNICIDADE PARA A CRISE

A discussão do Plano Melo Antunes saldou-se sem que deflagrassem contradições irreversíveis ao nível do poder político. Uma semana mais tarde os conflitos governamentais vêm a estalar a propósito da lei sindical. Parece-nos que, deste modo, eles se situam ao lado das questões fundamentais, tendo passado por cima da discussão do Plano, que, essa sim, põe o problema da opção entre o capitalismo e o socialismo.

COMO É ULTRAPASSADA A DISCUSSÃO DO PLANO

Durante algumas semanas a análise da situação económica e a sua solução foi objecto das atenções várias, de esquerda a direita. Houve quem lutasse pela defesa intransigente dos interesses da burguesia e houve quem lutasse pela revolução e socialista. Entre uns e outros situaram-se os conciliadores, os habituais reformistas, sem uma opção de classe definida; aqueles que deitam remédios ao sistema capitalista, esperando assim torná-lo mais digerível aos trabalhadores.

No actual poder político triunfou como é natural esta tendência, dada a sua composição. Este encontrou terreno para frutificar neste país em crise económica gravíssima.

O reformismo adoptado vai continuar a crise. A situação vai degradar-se. Nem se estabelecerá uma social-democracia, nem se estabilizará a democracia burguesa, dando possibilidade aos pequenos partidos da coligação de se tornarem grandes e poderosos.

As alterações introduzidas no Plano — 51% de controlo do Estado na Banca privada e nacionalização dos latifúndios com regadio de estado — nada adiantam na situação. A economia portuguesa para ser socialista necessitará da socialização dos meios de produção, completa e total, com controlo dos trabalhadores. Não há vias socializantes, ou há capitalismo ou há socialismo. Os híbridos só degradam a situação.

COMO SE COMPORTAM OS ÓRGÃOS DO PODER NA INTIMIDADE

Só os privilegiados sabem do real comportamento dos órgãos do poder quando se reúnem na intimidade. A leitura das actas das reuniões dar-nos-ia, naturalmente, muitas surpresas. Considerando que o poder se divide entre o Governo Provisório, a Junta de Salva-

ção Nacional e a Comissão Coordenadora do MFA, teremos que considerar todos estes órgãos para perceber o seu equilíbrio instável.

Dentro do Governo Provisório, o PPD, nascido e criado para participar da governação, é o partido dos patrões para de fender os seus interesses. Partido dos fascistas liberais, é com ele que o PS e o PC se sentam para governar e para discutir "democraticamente" (os partidos revolucionários, em contra-partida, são considerados "aventureiros", "provocadores", etc.). Naturalmente que o PPD e os seus acólitos aceitam muito contrariados as alterações reformistas ao Plano Económico e assistem alarmados às prisões dos seus comparsas.

O PS, neste momento em difícil situação, devido à criação da FSP e ao desgaste pela concorrência do PC, guina à vontade para a direita e faz toda a espécie de manobras, que se identificam com a reacção. Alia-se ao PPD e sente-se pairar um projecto spinolista sobre as nossas cabeças, projecto esse que tanto pode ser "democrático" como não democrático, tal como fazem prever as várias declarações a quem as leia com atenção e não queira ser parvo.

O PC instalado no governo e defendendo a todo o transe essa situação, usando para isso os meios de concorrência burgueses, o aparelho, a capacidade financeira. Participando neste governo, dispõe-se assim a gerir a sociedade capitalista e a "reconstruir a economia nacional" dentro do sistema. É o típico partido social-democrata, descrito ao longo da história do movimento operário repetidas vezes, capaz de participar de governos de gerência do capital e vendo-se assim na

obrigação de se opor às lutas dos trabalhadores. Acabam por ser objectivamente traidores da classe operária. Desta posição nasceu a grande cisão entre socialistas-democratas e comunistas no princípio do século e desta mesma posição nasceria mais tarde as cisões entre os partidos comunistas clássicos tornados socialistas-democratas e os revolucionários.

A Comissão Coordenadora, que poderá ser o órgão de poder mais à esquerda, fica sempre em minoria, tanto perante o Governo Provisório e a J.S.N., como no interior do Conselho dos Vinte ou Conselho Superior do MFA.

A J.S.N. nunca apareceu a defender posições anti-conservadoras, apesar de um ou outro membro de posição (mesmo pública) mais à esquerda.

DE NOVO O MFA

A revista brasileira "Manchete" trouxe na última semana um artigo sobre Portugal, ao que dizem escrito por um oficial português, em que é descrito o 16 de Março (Caldas da Rainha) e o 25 de Abril, dando relevo a um certo grupo de oficiais e dizendo que a intenção da "revolução" foi desvirtuada. Lamenta também o citado artigo que no 28 de Setembro o General Spínola não tenha podido receber a homenagem devida...O grupo de oficiais a que se dá relevo são, além de Spínola, alguns nomes que todos temos já no ouvido: Monge, Hugo, Almeida Bruno.

A verdade é que estes oficiais fazem parte do MFA. Referir-se-ão a eles também aqueles que gritam indiscriminadamente "unidade Povo-MFA"?

Cada vez mais o termo "MFA" é uma entidade abstracta, que nada diz de concreto e é um erro tático considerar o MFA como um bloco.

Mais ou menos próximos do exercício do poder os vários oficiais do MFA não interferem directamente no poder. Apenas os que pertencem à Comissão Coordenadora, à J.S.N. ou à parte militar do Governo são directos responsáveis dentro do poder político.

E entre os outros há pessoas e tendências tão díspares como as que vão numa posição de direita a uma posição de esquerda. Que se quer dizer então quando se fala de MFA?

Mas também será erro tático irremediável pensar que o confronto entre os trabalhadores e a burguesia se dará sem uma avaliação rigorosa de quem é que pode estar dentro das FA e do MFA ao lado dos primeiros.

A PRETEXTO DA UNICIDADE SINDICAL

As contradições existentes dentro do poder político estalam por uma questão que não é fundamental — a lei sindical. O P.C. luta pela consagração da unicidade sindical, donde espera conseguir o controlo de cúpula da Intersindical. O P.S. e o P.P.D. lutam pelo pluralismo sindical, que lhes garante a possibilidade da criação de outras centrais sindicais controladas por eles. Em nome deste jogo partidário evocam-se intenções altamente dignificantes...

CONTRA O SINDICALISMO DE CÚPULA O SINDICALISMO DE BASE

O pluralismo sindical é a porta aberta para a infiltração da burguesia e em última análise para a infiltração da CIA. Mas a oposição necessária a este pluralismo não é o centralismo cupulista da

Intersindical. É sim o sindicalismo de base.

Empresas divididas em múltiplos sindicatos, delegados mal eleitos (quando o são), direcções sindicais distantes e superintendendo secções de centenas de empresas, uma Intersindical que põe e dispõe sem consulta, uma Intersindical que nada tem a ver com as lutas dos trabalhadores, não é estrutura sindical que interesse.

Ao contrário disto, a unidade construída a partir do sindicato de empresa (baseado na assembleia de trabalhadores e nas comissões eleitas), com criação de uniões, federações e mesmo numa coordenação nacional, é a unidade que garante a representatividade autêntica das bases.

AS LUTAS DOS TRABALHADORES

Na agudização da crise económica, no desencadeamento de contradições ao nível do poder político, entrevemos a possibilidade de se desenrolar rapidamente uma crise mais rápida e mais profunda. É isto é independente da vontade de cada um e muito particularmente dos militantes revolucionários. Mas uma coisa é certa — o poder que os trabalhadores irão conquistando depende do seu grau de organização e depende do desencadeamento de lutas. Estes dois factores — organização e lutas — não podem aliás estar desligados e tem uma relação última entre si.

Neste tempo que se avizinha a organização dos trabalhadores e trabalho que se tem que fazer a contra-relógio, porque a crise não espera.

A condução de lutas é fundamental para clarificar a situação.

COMO TERMINARÁ A CRISE

Tendo P.S. e o P.P.D. ameaçado demitir-se do Governo no caso de vencer a unicidade sindical, não sabemos qual vai ser a sua posição. A unicidade reclamada na rua pelos trabalhadores e sobretudo defendida pela Comissão Coordenadora do MFA é ponto assente. O P.S. foi alvo de demasiadas afrontas e os seus arautos falam no vazio.

O P.P.D. e o P.S. põem todo o esforço na realização de eleições, que muitos já contestam como realmente reveladoras dos interesses dos trabalhadores. Se o objectivo eleições se afastar, que farão estes partidos?

Uma coisa é certa, os trabalhadores e os revolucionários não devem só estar atentos à organização da sua luta, mas devem estar vigilantes aos bastidores da política. Para não haver surpresas.

**UMA SÓ
SOLUÇÃO
REVOLUÇÃO
SOCIALISTA**

**PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO
BRIGADAS REVOLUCIONARIAS**

**UMA SÓ
SOLUÇÃO
REVOLUÇÃO
SOCIALISTA**

**PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO
BRIGADAS REVOLUCIONARIAS**

**UMA SÓ
SOLUÇÃO
REVOLUÇÃO
SOCIALISTA**

**PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO
BRIGADAS REVOLUCIONARIAS**

“JORNAL DE NOTÍCIAS”: LUTA CONTRA A CENSURA INTERNA

Os trabalhadores do “Jornal de Notícias”, do Porto, travam neste momento uma luta contra a censura interna pela liberdade de expressão dentro do jornal. O “Revolução” contactou com quatro trabalhadores, entre os quais um operário das oficinas.

— Como pode a Comissão de Unidade dos Trabalhadores, eleita pelos diversos sectores, ser tomada como um instrumento ao serviço da luta autónoma dos trabalhadores?

— Para te responder a essa pergunta, acho conveniente recuar um pouco no tempo. Durante o fascismo as direcções dos jornais serviram os interesses dos grupos económicos e para tal utilizavam principalmente as redacções, colocando o jornalista à cabeça do jornal, menosprezando as outras classes que trabalhavam na imprensa. Na prática, isso traduzia-se mesmo por uma evidente separação do trabalho intelectual com o manual, ainda que para o efeito se alegassem razões de ordem técnica.

Tudo isto se traduzia pela criação de falsas elites (os jornalistas) directamente subordinados ao capital. As redacções acabavam muitas vezes por beneficiar das lutas dos restantes trabalhadores, oficinas, tipógrafos, etc. Isto é evi-

dente porque as lutas, mesmo antes do 25 de Abril, partiram sempre das oficinas. Os jornalistas mantinham-se como meros espectadores.

Um outro trabalhador intervém: — Claro que houve sempre pequenos núcleos de jornalistas antifascistas que lutavam contra a repressão das administrações.

No que respeita à censura, ainda que ela não tivesse directamente contribuído para a formação de núcleos resistentes, a sua actuação provocou contudo muitos descontentamentos.

Um terceiro trabalhador emitiu também a sua opinião:

— Mas muitas vezes os jornalistas colaboravam, ou melhor, eram forçados a colaborar com o capitalismo, pela forma como redigiam os textos. Os jornalistas, como estrato da pequena burguesia, a dada altura acomodaram-se ao sistema e já nem escreviam textos que sabiam de antemão irem ser cortados.

O primeiro trabalhador continuou:

— Com as novas condições de luta criadas pelo 25 de Abril, geravam-se movimentações dos trabalhadores no jornal. De início a re-

dacção reunia separadamente, forma de luta deveras elitista. Havia efectivamente uma separação de classes, como no tempo do fascismo. Porém, a certa altura, os operários propuseram à redacção reuniões conjuntas, porque a união faz a força. Por fim, em 23 de Dezembro, realizou-se o primeiro plenário da empresa JN. Este plenário foi muito frutuoso porque pela primeira vez os trabalhadores tomaram posição em bloco e, demonstrando a sua força, conseguiram que a notícia do seu plenário saísse no jornal do dia seguinte, condição para a sua publicação. Foi também eleita a Comissão de Unidade de Trabalhadores, por percentagem, com representantes de todos os sectores. Esta Comissão vai elaborar um caderno reivindicativo.

— Até que ponto encaram os trabalhadores do JN a liberdade de expressão como um meio de dar uma visão clara da actual relação de forças em termos de lutas de classes no momento presente?

— Antes de me referir propriamente a isso, gostaria de reproduzir uma afirmação do director do jornal, ontem, ao Rádio Clube Português: “Temos um jornal, a partir de agora, novo, moderno e democrático. Um jornal ao serviço das classes de produção”.

Outro trabalhador prosseguiu: — A linha de orientação do jornal terá que ser definida a partir da vontade de todos os trabalhadores, linha esta que será defendida pelos trabalhadores em assembleia geral. Não será apenas o Conselho de Redacção a definir essa linha.

Outra intervenção:

— Os capitalistas servem-se dos jornais para propagar a sua ideologia burguesa e para defender o seu sistema de exploração. É esta a verdadeira causa do investimento na imprensa, que por vezes até dá prejuízo. Se, porém, no fascismo este objectivo de classe estava assegurado, a situação alterou-se depois. Neste momento, dada a contradição existente entre o poder político e o económico, a balança pende para o lado dos trabalhadores e o jogo do capital tem sofrido restrições. Tal situação encontra-se agravada no caso do JN, porque a empresa é controlada pela Caixa Geral de Depósitos que, como se sabe, é uma instituição estatal.

A intervenção de outro trabalhador focou:

— O espaço gráfico concedido pelo jornal aos partidos da coligação governamental é muito maior do que o espaço concedido às outras organizações. Pelo “papão” da “agressão

ideológica” podem tornar-se impublicáveis muitos comunicados e textos dessas organizações. Esta norma foi o maior aval que o Governo Provisório deu às administrações dos jornais, para que, à sua sombra, seja impedida a publicação de textos da verdadeira esquerda, a título de agressão ideológica. Uma censura, a ter de existir, tem de ser uma censura de Classe e nunca uma censura de partidos.

— No decorrer do actual processo de luta, como encaram a nacionalização e consequente socialização dos jornais diários?

— As estruturas são as mesmas antes e depois do 25 de Abril. Nós andámos a “vender” o 25 de Abril aos leitores mas cá dentro ainda não tínhamos feito nada. As pessoas não adquirem consciência de classe de um momento para o outro. É preciso que haja um sindicato de empresa e, com o decorrer da luta, criar um único sindicato de imprensa em Portugal. Este objectivo, assim como o da nacionalização ou da socialização, ainda não foram discutidos em plenário mas estou convencido que há uma maioria que pretende isso. Como a nossa luta não acabou, prosseguiremos em direcção a esses objectivos!

MIL PESCADORES POVEIROS: UM NÃO À SOBRE-EXPLORAÇÃO

“Num ano, um mestre comprou uma casa de 500 contos e um carro com o suor do trabalho dos pescadores... Não somos nós que estamos em greve porque são eles que a provocam!”

Ouvimos estas palavras a um elemento do grupo de pescadores da Póvoa do Varzim e de Vila do Conde que entrevistámos quando já iam no 13.º dia de greve. Estavam umas 60 motoras de pesca à linha immobilizadas no porto e um total de cerca de 1000 homens firmes, de braços caídos e a clamar por justiça contra a desenfreada exploração dos mestres/patrões.

“Não trabalho para esses miseráveis que não fazem nada! São uns parasitas!”

“Todo o povo apoia os pescadores.”

Com efeito, os pescadores po-veiros mais não desejam do que condições de trabalho semelhantes às que os seus camaradas de Viana do Castelo ou de Peniche têm desde há longos anos. Os níveis médios mensais da remuneração de um trabalho exaustivo e sem qualquer ilusão de segurança social quanto ao futuro calcula-se actualmente nuns 4000\$00 por cada

pescador poveiro. Ninguém, do grupo que entrevistámos, se lembrava de melhores condições de trabalho.

“Em Viana, os mestres têm carro. Aqui têm casas, palacetes, e mais não têm porque não querem dar nas vistas. Mas a nossa camisa é sempre a mesma.”

Exactamente para evitar tão escandalosa sobreexploração é que os pescadores poveiros têm emigrado em bom número para Espanha. No grupo que ouvíamos,

dois elementos já tinham ido trabalhar para os patrões de arrastões espanhóis.

“Se ganhássemos aqui o suficiente já não era preciso emigrar, separar-nos da família. Mas lá tiramos uma média de sete contos limpos. Aqui não ganhamos pró tabaco.”

Calcula-se que passem a receber uns 6 ou 7 contos em média depois de conquistarem completamente as suas reivindicações agora em discussão. Portanto, embora fi-

quem equiparados aos camaradas de Viana ou de Peniche, ficarão ainda em desigualdade perante os espanhóis, que recebem mais, até porque beneficiam do sistema do salário fixo. Este facto indica que há toda a razão para prosseguir a luta, mesmo que o combate agora travado venha a culminar numa vitória parcial.

Os pescadores estão unidos. O esforço de resistência que estes dias de greve significam não os amedronta.

“Estamos habituados a aguentar a fome. É como quando há mau tempo no mar.”

“Três antigos mestres da Costa da Caparica apareceram aqui a apoiar os pescadores em greve, mas depois mudaram de palavra, começaram a dar razão aos mestres e nós pusémo-los a cavari...”

Os pescadores também estão organizados. Esperam criar em breve o seu Sindicato. Nomearam já uma Comissão de Pescadores com 13 elementos.

“Um desses elementos foi despedido quando o mestre soube que ele pertencia à Comissão. E o seu filho teve a mesma sorte.”

“Nós podemos ser despedidos legalmente de um momento para o outro e sem direito a receber indemnização. O mestre manda-nos embora porque não gosta da nossa cara, porque aparece nervoso ou mal disposto.”

“Além disso, os mestres ainda nos podem prender a cédula durante vários dias e nós, para podermos ir trabalhar noutra motora, temos então de andar agachados.”



MIL PESCADORES POVEIROS: UM NÃO À SOBRE-EXPLORAÇÃO

Mas não são só estes problemas de trabalho que os pescadores pobres sentem e sofrem na carne. Reivindicam o pagamento de 127900 pelas segundas-feiras em que ficam em terra a preparar o aparelho sem nada ganhar. Reivindicam 2 quilos de pescado para cada um, "a nossa caldeirada".

"Se nós agarramos num carapau, chamam-nos ladrões. Mas se aparece alguém da simpatia do mestre, ele oferece o que entende sem nos consultar."

Ora o pescado que entra no barco pertence a todos, ao mestre e aos respectivos pescadores, pois o sistema vigente é o da partilha do

resultado concreto obtido de cada vez. Os pescadores ganham, em conjunto equitativo, menos de metade do valor do pescado, descontadas certas despesas, como gasóleo, e sendo obrigados a aceitar o patrão também como pescador para efeitos da partilha final. Por isso falam de "roubalheira" não só por causa da sobre-exploração e das ofertas aos amigos mas também por causa das contas de cada pescaria feitas em casa pelo patrão... Por isso reclamam o direito de escolher um escrivão para fazer as contas de cada barco.

"Eu nunca vi as contas que os

mestres fazem. Tenho de aceitar o que me dão e fechar os olhos aos litros de gasóleo que são de água e outras roubalheiras"...

Outras reivindicações justíssimas dos pescadores são a dispensa de mandarem as suas mulheres à praia para ajudar, de graça, os mestres a vender o pescado, além de uma hora de intervalo para comerem nos barcos.

"Nós trabalhamos sem comer nos barcos. Às vezes estamos mais de 24 horas sem comer nada. Salmos pelas 8 horas e só regressamos ao fim da tarde, sempre a trabalhar porque os mestres não nos deixam parar para

comer."

Pretendem ainda ter direito a férias e a um subsídio diário fixo por impossibilidade de sair para o mar quer pelo tempo, quer por avaria no barco. Desejam ver as condições de despedimento e desejam impedir as prepotências dos mestres, que, encarada inicialmente com surpresa, logo desvanecida após uma explicação. A reacção tornou-se favorável: e domingos, prejudicando assim a vida familiar dos pescadores. Parece que os mestres não se importam de trabalhar nos fins-de-semana. Um entrevistado explicou o facto:

"Eles vão a dormir pró mar e vêm a dormir pra terra!"

A terminar, perguntámos qual a atitude dos nossos interlocutores relativamente à hipótese de nacionalização, sob controlo dos pescadores, dos barcos com que trabalham. A nossa pergunta foi encarada inicialmente com surpresa, logo desvanecida após uma explicação. A reacção tornou-se favorável:

"Isso é que era bom! Assim não havia mestres nem roubalheiras, nem mais gente desta a lixar-nos a vida. Éramos nós que ficávamos com os nossos destinos nas mãos, não?"

POR UM SINDICALISMO QUE GARANTA A UNIDADE DOS TRABALHADORES

1. A possibilidade de surgir uma crise governamental, a propósito da Lei Sindical, leva o PRP-BR a apresentar, uma vez mais, as linhas gerais do projecto sindical que defende.

Esta crise governamental, a verificar-se, será mais um elemento na instabilidade do poder político da burguesia. Por outro lado, a Lei Sindical é extremamente importante porque afecta milhões de trabalhadores e o futuro desenvolvimento da sua luta de classe.

2. É por afectar a luta de classe do proletariado, em particular, e dos trabalhadores, em geral, que a futura organização sindical tem uma extrema importância. Na verdade, dado o fathão da via reformista, quer na satisfação dos problemas mais urgentes dos trabalhadores, quer na consolidação do poder político da burguesia, quer ainda na saída da actual crise económica, só esses trabalhadores, com a sua organização e através da sua luta constituem a força capaz de ultrapassar o impasse da actual situação, com a derrota da reacção e o início do processo que os conduzirá à Revolução Socialista.

3. O problema sindical poderá ser apenas o detonador que fará deflagrar a crise que há muito estava latente. Esta crise política, que tem a sua principal origem na profunda crise económica e social, tem tido fases mais agudas (Palma Carlos, 26 de Setembro, etc.) e apenas os conflitos entre as cúpulas dos partidos, representados na coligação governamental, têm impedido o seu claro conhecimento público.

4. O PRP-BR reafirma, uma vez mais, os princípios que considera fundamentais para que os trabalhadores construam o seu Sindicato, uma das formas da sua ORGANIZAÇÃO AUTÓNOMA. Fê-lo, analisando a experiência da luta de classes nos últimos tempos e o que nesta aparece como o seu sentido mais profundo. Fê-lo, ainda, e de acordo com a sua linha política, reconhecendo que cabe aos próprios trabalhadores, em definitivo, o delineamento de um projecto sindical e a construção do seu sindicato. Fê-lo, pois, como uma proposta que apresenta às classes trabalhadoras.

5. Assim, o PRP-BR pronuncia-se claramente contra a) O PLURALISMO SINDICAL, entendido este pluralismo pela existência de mais do que uma Confederação Sindical Nacional, mais do que uma união de sindicatos por ramo de actividades, mais do que um sindicato em cada empresa.

Acceptar tal pluralismo é partir do princípio de que existem interesses antagónicos dentro das classes trabalhadoras, é, mais do que isso fomentar a divisão no seio dessas mesmas classes, é ter uma noção burguesa e formalista da democracia, é abrir as portas a uma maior influência do patronato e da reacção.

b) O sindicalismo horizontal concebido este como a organização de Sindicatos por profissão.

Tal tipo de sindicato, de que se serviu o fascismo, significa a divisão da classe, dentro de cada empresa, em numerosas parcelas e, portanto, significa que os trabalhadores defrontam fragmentados, uma única entidade patronal. Esta divisão constitui assim, uma condição favorável ao domínio e exploração do patronato.

c) Uma Confederação Sindical Nacional, desde que esta funcione organicamente, a exemplo da actual Intersindical, com métodos cupulistas que pretendem controlar os trabalhadores nas suas lutas.

6. O PRP-BR recusa, pois, um sindicato tendo aquelas características e, com o objectivo fundamental de preservar a unidade dos trabalhadores, defende:

a) Um sindicalismo vertical estruturado a partir da Unidade Sindical de Empresa.

b) A eleição dos delegados que compõem esta Unidade Sindical de Empresa em Assembleia de Trabalhadores.

c) Que tais delegados não sejam eleitos por apresentação de listas (salvo em empresas onde só este método de apresentação de listas seja praticável), visto que as listas são uma forte limitação à liberdade de escolha e, por outro lado, proporcionam as manobras de cúpula.

d) A eleição dos delegados, não por pertencer a este ou aquele partido ou organização, mas por serem trabalhadores, e enquanto o são, que merecem a confiança dos seus camaradas de trabalho.

e) E que o mandato seja revogado, a todo e qualquer momento, desde que o delegado deixe de ter a confiança da base que o elegeu.

f) Defenda ainda o PRP-BR que o órgão deliberativo, por excelência, seja a Assembleia Geral de Trabalhadores de empresa e que a Comissão de Delegados seja o órgão executivo das deliberações dessa Assembleia.

g) Que, dentro de cada Unidade Sindical de Empresa se organizem em Uniãos Federações e numa única Confederação Nacional, quer de acordo com um plano regional, quer segundo os ramos de actividade.

7. O PSP (Partido Socialista Português) desenvolve, no momento presente manobras reaccionárias que, a coberto de uma falsa afirmação de princípios democráticos, visam a divisão dentro das classes trabalhadoras. Com tais manobras aparece hoje mais exposto do que nunca o reaccionarismo que sempre foi característico do PSP.

A identificação deste partido como organização anti-operária e, portanto, burguesa e reaccionária será um importante elemento na situação política actual. Na

verdade, o caminho para a Revolução Socialista, passa pela desmistificação e isolamento de todos aqueles partidos que se reclamam das classes trabalhadoras e que, sob uma fraseologia de tal tipo, realizam uma política que é contrária aos interesses de classe dos trabalhadores.

8. No que respeita ao PPD (Partido Popular Democrático) pode afirmar-se que, uma vez mais esta organização se coloca no campo onde sempre se situou: no da contra-revolução. Tal resulta dos interesses de classe que defende (os mesmos que defendia quando, na sua origem, aparecia como um fascismo "liberal") e os trabalhadores têm de ver nele um inimigo irredutível a combater e a isolar.

9. Por outro lado, o PCP (Partido Comunista Português) que teve, por exemplo, nas lutas dos trabalhadores dos CTT, da TAP, do Jornal do Comércio e da Lisnave é no processo de organização dos pescadores um papel divisionista, apresenta-se na hora actual, como defensor da unidade dos trabalhadores e do princípio sindical da unidade.

Esta bandeira da unidade pode ser assim um leco para que os trabalhadores aceitem e colaborem na montagem de uma outra estrutura Sindical que, como tem vindo a acontecer com a Intersindical, seja campo de manobras e instrumento de controlo cupulista sobre as classes trabalhadoras estruturada essa, destinada, não a respeitar a vontade da maioria dos trabalhadores, mas sim a violar essa vontade em benefício dos interesses de classe e políticos que lhe são estranhos.

10. O PRP-BR reafirma que a organização Sindical, cujos princípios apresentados como proposta às classes trabalhadoras, é aquela que garante a unidade da classe, porque tem por base os próprios trabalhadores e que é ainda aquela que permite a estes defender consequentemente os seus interesses.

- CONTRA O PLURALISMO SINDICAL.
- PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES.
- POR UM SINDICALISMO ASSENTE NAS ASSEMBLEIAS DE EMPRESA E EM COMISSÕES ELEITAS E REVOGÁVEIS PELOS TRABALHADORES.
- PELA ORGANIZAÇÃO AUTÓNOMA DOS TRABALHADORES: COMO ÚNICA VIA NA LUTA ANTI-CAPITALISTA PARA A REVOLUÇÃO SOCIALISTA.
- PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA.
- PELA DITADURA DO PROLETARIADO.

A INSURREIÇÃO OPERÁRIA DO 18 DE JANEIRO

Vimos no último número o contexto histórico em que surge o 18 de Janeiro de 1934, as posições que o P.C. e a C.G. T. (Confederação Geral do Trabalho) defendiam face à luta a travar perante a fascização dos Sindicatos, e vimos também como se desenrolaram os acontecimentos na Marinha Grande.

Importa agora analisar as consequências de tais acontecimentos e seus ensinamentos.

CONSEQUÊNCIAS DO MOVIMENTO OPERÁRIO PORTUGUÊS

I. Desmantelamento de organizações políticas e sindicais.

O movimento operário português foi duramente atingido pela feroz repressão que se exerceu sobre os autores do 18 de Janeiro. Compreendemos isto facilmente, se nos lembrarmos que as organizações então existentes não tinham uma forte estrutura que lhes permitisse resistir aos ataques dos fascistas. Isto é, passados que eram quase oito anos sobre o golpe de 28 de Maio, não tinha sido ainda conseguida na prática uma forma de organização política e sindical ilegal que se não esfrangalhasse quase toda com o primeiro abanão, por muito grande que ele fosse (e foi-o, de facto) que o governo fascista lhe desse. (3)

Assim, não nos espanta que o P.C. tenha mergulhado numa das suas maiores crises, cujas causas, se de facto foram precipitadas pela repressão do 18 de Janeiro, vinham já desde a sua fundação; esta crise traduziu-se na «perda de mais de 80 por cento de todo o trabalho anterior de formação de quadros» (...).

«Com o 18 de Janeiro quase todos os sectores do nosso trabalho se encontravam destróçados. Em mais de 80 por cento dos casos tivemos que passar a trabalhar com gente nova. Os próprios membros do Secretariado passaram a assumir a direcção directa do trabalho de algumas empresas.» (4)

Deste modo, o P.C. tem que se lançar na tentativa de reorganização. Assume aqui um papel importante a ida de uma delegação ao I Congresso da Internacional Comunista, em 1935, pelas consequências que a linha política aí definida tem para o movimento operário nos países fascistas. É agora, através do relatório de Dimitrov, que surge bem clara a definição duma aliança da classe operária com os sectores pequeno-burgueses e reformistas:

é a questão da unidade antifascista, que tanto havia de dar que falar...

Contudo, até porque B. Gonçalves é preso em Novembro de 1935 ao regressar de Moscovo, onde participara com José de Sousa e Júlio Fogaça no I Congresso da Internacional Comunista, a reorganização do P.C. só será conseguida a partir de 1940/41.

Vemos, pois, que o 18 de Janeiro deu um forte contributo a toda esta crise do P.C..

No plano sindical, o desmantelamento também foi muito sentido, e isto quer pelas prisões efectuadas, quer pela enorme quantidade de militantes que se viram obrigados a desertar; calcula-se mesmo que 90 por cento dos quadros sindicais tenham sido atingidos pela repressão fascista.

Além disto, tomou-se muito difícil a reorganização do movimento sindical ilegal e, concretamente, a C. G. T. mostrava bem através da publicação extremamente irregular

do seu órgão (clandestino, claro) — Batalha — a dificuldade da sua reorganização. O movimento anarco-sindicalista continuou, a seguir ao 18 de Janeiro, a perder cada vez mais a força que tivera no fim do século passado e princípios deste século.

II. Agravamento do confronto entre o P.C. e a C.G.T.

Para além de todo este desmantelamento assistimos a seguir ao 18 de Janeiro a um confronto por vezes muito duro entre a C.G.T. e o P.C.. E assim que na «Batalha» de Abril de 1934, a C.G.T. reivindicava o 18 de Janeiro como um movimento que fosse obra sua, negando ao P.C., tal como este pretendia, um papel de destaque nesses acontecimentos. Afirma-se mesmo que os bolchevistas «não conseguem embalar as massas proletárias»...

De resto, também Bento Gonçalves reconhece que «o 18 de Janeiro abriu grandes feridas entre

nós e os anarquistas; mas não só entre nós e eles: abri-as no próprio Partido».

Dois anos mais tarde é a CIS (Comissão Intersindical) (5) quem faz um apelo à constituição duma C.G.T. única, afirmando Bento Gonçalves que o P.C. estava na disposição de entrar na velha C.G.T., para formar uma só organização sindical. A verdade é que este objectivo não foi conseguido.

ENSINAMENTOS

Crítica à posição do PC — Propôr-se apenas a realização de Assembleias Gerais que levassem os trabalhadores a lutar contra o ETN e eventuais greves de massas é muito pouco, não chega, se, entretanto, se não for fazendo um trabalho de organização da classe operária, que leve esta à necessidade da tomada do poder.

Sem dúvida que o terreno legal era importante, era um campo que não podia ser desprezado, quer

para recrutamento de militantes para a organização clandestina, quer para a condução de movimentações junto das autoridades fascistas, e contra a lei da fascização dos sindicatos, neste caso particular. De resto, é inegável que as lutas concretas têm um papel insubstituível na politização da classe operária.

Mas pretender organizar a classe operária apenas em torno das Assembleias Gerais, sem ir pondo a questão da organização para a tomada do poder, tal era a posição legalista do PC, que a classe operária no seu ímpeto, ainda bastante sensível às ideias anarquistas, não aceitou.

Crítica à posição da CGT — É claro que o PC, ao criticar a CGT, tem toda a razão quando diz que uma greve geral revolucionária não se pode improvisar (ver «Avante», Janeiro de 74) e que a classe operária não estava então devidamente organizada e consciencializada para tomar o poder.

Continua pág. 7

18 DE JANEIRO: PRESENTE!

Camaradas

Durante esta semana muitas coisas se vão dizer sobre o movimento revolucionário de 18 de Janeiro de 1934.

Há aqueles, os reformistas, que farão uns discursos e uns colóquios, umas manifestações festivas, que reivindicarão para si o valor heróico daqueles operários que lutaram e morreram pela classe operária, e procurarão fazer crer que seguem a mesma linha desses revolucionários. Mas a verdade amarga é que os reformistas, a troco do seu lugar no Governo e pelo seu legalismo e eleitoralismo, trairam os operários que ainda acreditavam neles.

Se a democracia burguesa não tem possibilidade de consolidar neste País, não será porque eles, reformistas, não tivessem feito todos os esforços para isso, desde furar as greves, chamar reacção aos operários que nas lutas apontam o caminho justo.

Aos que duvidam, perguntamos: "Quem é que está a travar o processo no Manuel Pereira? Quem é que chamou reacção aos operários que apontavam a ocupação enacionalização da empresa? Quem é que tenta tudo por tudo para que a fábrica continue na mão dos patrões?"

O processo na fábrica Manuel Pereira Roldão mostrou-nos que: a comissão sindical, em lugar de dinamizar os trabalhadores e decidir em Assembleia Geral, colocou-se sempre numa situação de dependência em relação à direcção do Sindicato. O Sindicato só serve para apoiar as lutas dos trabalhadores e nunca para os dirigir.

Por outro lado, vimos que à medida que a situação se tornava mais aguda e nas assembleias eram feitas propostas directas e, quanto a nós, correctas (como ocupação da empresa e exigência de intervenção do Estado) a comissão e a direcção do sindicato iam cedendo para não entrar em choque aberto com os operários. Mas este choque dar-se-á, mais cedo ou mais tarde, e militantes operários que ainda vivem o ideal revolucionário dos camaradas do 18 de Janeiro terão de optar: ou servem um partido ou servem a classe.

E como se serve a classe? É fazendo um jogo reformista, colaboracionista, com o capital, numa altura em que isso pode ser um

suicídio e em que se estão a criar as condições para a Revolução Socialista?

Do 18 de Janeiro importa a nós, comunistas, tirar as devidas lições para o momento actual que atravessamos.

É verdade que as condições objectivas naquela época eram diferentes das actuais. Os operários viviam sob uma terrível repressão fascista, com salários de miséria e desemprego, com encerramento dos sindicatos, em que as autoridades políticas eram claramente servidas do patronato. Actualmente os operários têm possibilidades de se organizarem sem que haja a Pide a intervir.

No entanto, os problemas de fundo continuam: em 1975 como em 1934 os capitalistas são os donos do poder económico e continuam a explorar os trabalhadores.

De que nos serve a nós, trabalhadores, termos liberdade para nos organizarmos se isso não conduzir ao derube da burguesia e à ditadura do proletariado? Entenda-se ditadura do proletariado sobre a burguesia e ditadura da classe organizada autonomamente em Soviéticos ou Conselhos Operários e não a ditadura de um partido.

O 18 de Janeiro foi uma prova de que os operários são capazes de se organizarem e de lutar pela sua libertação da exploração e opressão capitalistas, mas também provou que essa organização tem de ser profunda e feita à escala do País, sem o que a classe operária sai derrotada.

Portanto, camaradas, militantes revolucionários, as nossas comemorações do 18 de Janeiro não são as comemorações dos reformistas. As nossas comemorações são as que se traduzem num profundo trabalho de organização e de luta nos locais de trabalho e na construção de um forte partido revolucionário, condições indispensáveis para que o proletariado saia vitorioso na guerra que trava contra a burguesia e o reformismo, pela Revolução Socialista, pela Ditadura do Proletariado.

VIVA A CLASSE OPERÁRIA
Comité da Marinha Grande
do PRP-BR

PROBLEMA DA HABITAÇÃO NOS BAIRROS DE LATA



Têm-se realizado desde o passado 8 de Dezembro reuniões entre diversas comissões de bairros de lata de Lisboa, com vista à discussão em comum dos seus problemas e formas de luta a adoptar.

O QUE SÃO AS COMISSÕES DE MORADORES

Vivem actualmente em Lisboa e arredores centenas de milhares de trabalhadores em barracas ou casas abarçadas, em péssimas condições de habitação.

O problema da habitação, não é só daqui, mas estende-se a todo o País e atinge grande parte das famílias trabalhadoras. Os capitalistas e outros senhores, esses vivem bem instalados nos seus andares, apartamentos e vivendas de luxo à custa de não explorarem nas fábricas, oficinas e campos, enquanto que a nós sempre nos foi negado o direito à habitação.

Após o 25 de Abril, o Governo anunciou um programa, onde se propunha acabar com os bairros de lata em pouco tempo, criando junto do Fundo de Fomento da Habitação um Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) para apoiar através das Câmaras Municipais as iniciativas dos populares mal alojados. No caso de Lisboa a Câmara entregou essa função ao Gabinete Técnico da Habitação (GTH) na área da sua intervenção (por exemplo Chelas) e à Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL), que criou as Brigadas de Apoio Local (BAL). Dizia o Governo que a iniciativa pertencia aos moradores dos bairros pobres que se deviam organizar em Comissões.

As Comissões de Moradores nas reuniões com BAL foram verificando que não resolviam nem os mais simples problemas, quanto mais os graves, chegando nalguns casos a EPUL a fazer promessas de subsídios para as obras mais urgentes que não eram cumpridas e nada se adiantava para o objectivo principal comum que é a ha-

bitação condigna que possa ser paga com os actuais salários.

Alguns moradores de bairros de lata como Chelas, Prior Velho, Ajuda, Olivais, Casal Ventoso, Boavista, etc. fartos de promessas resolveram agir por conta própria e ocuparam numerosas casas vagas, umas já acabadas outras em vias de acabamento, o que levou a proibição pelo Governo das ocupações; apesar disso as ocupações continuaram.

As dificuldades e entraves encontradas levaram a que várias Comissões formadas por elementos activos e da confiança do Povo dos bairros pobres comesçassem a não acreditar nas bonitas palavras do Governo, e sentissem necessidade de se unirem e organizarem.

Sentiram que só uma grande força que é a união dos milhares de trabalhadores unidos e organizados em torno das suas Comissões, num grande movimento popular terão uma resposta concreta às suas pretensões.

AS INTERCOMISSÕES

Neste seguimento as diversas comissões de moradores sentiram necessidade de se reunirem, constituindo, deste modo, a **Intercomissões**. Esta estrutura engloba à volta de 30 comissões de moradores, sendo o órgão máximo de decisão.

Formou-se também uma **Coordenadora**, composta por elementos de apenas alguns bairros, cuja tarefa será dinamizar e garantir o avanço do processo. A Coordenadora deyerá elaborar, a partir das conclusões obtidas pelas comissões de moradores nos plenários a realizar nos respectivos bairros, um documento que servirá como uma contra-proposta a apresentar ao Governo. Este documento será, em princípio, composto pelas seguintes partes:

- 1 - Declaração de Princípios
- 2 - Denúncia da política governamental sobre o problema da habitação
- 3 - Caderno reivindicativo

4 - Formas de luta

Para a sua elaboração terão que ser focados, entre outros, vários pontos em relação aos quais adiantamos já parte da discussão tida pela Intercomissões.

Autoconstrução - considera-se que serem os próprios moradores a contribuir com o seu trabalho na construção das casas é uma forma de dupla exploração: além da exploração no local de trabalho os moradores teriam que ficar até às tantas da manhã a trabalhar na construção das casas. Se existem milhares e milhares de desempregados, postos na rua pelos capitalistas e na miséria, há que dar emprego a esses camaradas. Porque não pô-los a trabalhar na construção social?

Melhoramentos - é recusada a renovação dos bairros degradados, isto é, o melhoramento das barracas. Pôr-se luz, consertar as barracas, arranjar esgotos para quê? As barracas têm que vir abaixo e não interessam os remendos, a não ser em casos urgentíssimos.

Financiamento - a questão da origem do dinheiro para o financiamento da construção e respectivos juros, se os houver, continua em aberto.

Quanto aos caminhos para a construção, foram indicados dois, os quais não foram considerados em alternativa: cooperativismo e habitação social. Têm-se discutido as vantagens e inconvenientes de cada uma destas vias: as cooperativas de propriedade comum foram defendidas por alguns, na medida em que uma vez paga a construção apenas se mantém uma taxa de conservação; já nas habitações sociais (construídas pelo Estado ou por uma Fundação) a renda da casa acompanha o aumento do custo de vida.

Expropriação - tem-se focado o problema de existirem pessoas com muitas casas espalhadas pelo País. Exigiu-se a imediata expropriação dos terrenos que pertencem à Câmara, pois esses já estão mais que pagos.

Local - os bairros a construir devem-se manter nas mesmas zonas, principalmente se estiverem em zonas centrais...

Será de dar a devida importância a esta movimentação tendente à resolução dos graves problemas da habitação nos bairros de lata, quer pela recusa em aceitar soluções de remédio e tapa-buracos (o que não iria resolver a situação), quer pelo que possa significar de organização autónoma dos moradores a partir do seu próprio local de habitação, com vista à obtenção de residências condignas.

PLESSEY

Na tarde do dia 16 manifestaram-se na Praça de Londres, em frente do Ministério do Trabalho, cerca de quatro centenas de trabalhadores da Plessey Automática, que como se sabe ameaça despedimento colectivo.

Do seu comunicado destacamos:

"ISTO É EFECTIVAMENTE UMA MANIFESTAÇÃO: UMA MANIFESTAÇÃO PACÍFICA QUE NÃO DEIXARÁ DE O SER SO PORQUE EVENTUALMENTE EMPATAMOS O TRANSITO.

NÓS, TRABALHADORES DA PLESSEY, ESTAMOS EM LUTA, EM LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA.

OS PATRÕES INGLESES, A PLESSEY É UMA MULTINACIONAL, QUEREM DESPEDI- 400 TRABALHADORES, PRETENDENDO USAR A FORÇA DO COLONIALISMO ECONÓMICO E TECNOLÓGICO E ESTÃO A PRESSIONAR O MINISTÉRIO DO TRABALHO."

A INSURREIÇÃO OPERÁRIA DO 18 DE JANEIRO

Continuação pág. 6

O erro dos anarco-sindicalistas consistiu, pois, em subestimar a necessidade dum forte organização operária, e da instância política, a qual não pode ser confundida com o trabalho sindical, mesmo que este assuma um carácter de massas.

Aproveitando-se do efectivo descontentamento que já então existia contra o fascismo e contra o capitalismo, julgando ou acreditando que uma certa dose de boa vontade e activismo chegam para vencer um organizado aparelho de Estado ao serviço do Capital, os anarco-sindicalistas não tiveram presente um princípio fundamental: é preciso organizar para lutar, quer se trate dum luta legal, quer, por maioria de razão, da tomada do poder.

O que era necessário fazer - «O que se impunha era levar a classe operária à luta pela defesa das regalias alcançadas, por melhor salário e contra a repressão que vinha sendo desencadeada contra si e em especial contra os operários que se destacavam na luta.

Prepararam-se os operários só para a luta armada, não se considerou a greve nem a luta de massas. Assim se explica ter sido apenas uma infima minoria da classe que participou no movimento, o que tornou mais fácil a repressão. No entanto, para levar à prática esta orientação, era absolutamente necessário montar a organização

do Partido nas fábricas e melhorar a actividade do Comité local. Isto é, criar condições para continuar a luta no plano legal mas conduzindo-a por meio da organização do Partido na clandestinidade.

Era de facto urgente organizar a luta a nível legal e ilegal com vista à

tomada do poder. Pena é que José Gregório, autor do texto acima transcrito, não dê uma explicação válida porque motivo o PC o não fez... Continuemos com J. Gregório:

«Tudo isto revelou bem o pouco amadurecimento político do Partido em geral, a penetração no seu seio de elementos e de ideias anarquistas e putchistas»

De qualquer modo, o 18 de Janeiro de 1934 é uma data fundamental para a classe operária em Portugal. Comemora-se este ano o 41.º aniversário da tomada do poder na Marinha Grande, pela classe operária armada. E se é verdade que, por todos os motivos acima vistos, poucas foram as horas em que os operários da Marinha Grande tiveram esta vila nas suas mãos e ao seu serviço, não é menos verdade que o exemplo foi já dado entre nós: é só pela via armada, e com uma forte organização da classe, que o proletariado pode ascender ao poder e exercê-lo.

(3) - Segundo C. Oliveira (entrevista dada em 11/1/75 ao Expresso) o 18 de Janeiro saldou-se «pela maior repressão que até hoje o proletariado conheceu em Portugal. Basta dizer que são presos e julgados mais de três centenas de operários (...)

(4) - Bento Gonçalves, Duas Palavras.

(5) - Segundo números dados do Partido nas fábricas e melhorar a actividade do Comité local. Isto é, criar condições para continuar a luta no plano legal mas conduzindo-a por meio da organização do Partido na clandestinidade.



Revolução

Composição e Impressão - Miranda B. C. • Distribuição - Internacional

EDITORIAL

O problema da unicidade sindical foi o motivo que fez deflagrar as contradições dentro do poder político.

O conflito rebentou não no essencial, mas no secundário. Ultrapassara-se na semana anterior uma questão bem mais difícil e bem mais directamente ligada ao problema fundamental — o problema económico. Essa questão foi o Plano Melo Antunes e as discussões que à volta dele se estabeleceram.

A propósito deste Plano houve diferendos dentro do Governo, como houve oposições frontais dentro do MFA. Mas venceu a conciliação, a moderação, a "unidade" artificial.

O filho parido dessas discussões e dessas questões de bastidores foi um Plano com alterações, alterações essas que e m nada irão perturbar a aguda e rápida crise em que estamos. A situação irá degradar-se.

Não é portanto a respeito das soluções económicas que os conflitos rebentam no Governo. O PPD, representante dos interesses da burguesia, engole o mau bocado e vai aguentando a democracia. O PS vai para a direita a toda a velocidade, ninguém o agarra... O PC senta-se com os outros dois à mesa, com eles se coliga e com eles conversa, não definindo claramente qual o seu objectivo — consolidar a democracia (esta democracia) ou instaurar o socialismo? Estabilizar-se em democracia burguesa ou explorar a crise no sentido do socialismo? Bater-se contra os monopólios ou bater-se contra o sistema capitalista?

Ao fim e ao cabo, a respeito do sistema e a respeito da situação económica, os conflitos não estalam; sai vitoriosa a solução reformista, ou seja o capitalismo com remendos.

Perante a ameaça de saída do PS do Governo o PCP protesta no seu editorial de 16-1-75 no Avante, onde diz que também teve "objecções e discordâncias" muitas vezes e "nem por isso deixámos de nos submeter às normas da colegialidade das decisões no Governo Provisório e de acatá-las na prática". E mais adiante "Acusa-se o PCP de querer destruir o Partido Socialista. É uma acusação que firmemente repudiamos. Pensamos que o enfraquecimento do Partido Socialista, pelas suas causas profundas, não favorece o processo democrático". E por fim, claramente: "O PCP deseja sinceramente que o P.S. supere as suas dificuldades. O

PS tem um papel importante a desempenhar na construção de um Estado verdadeiramente democrático em Portugal." Nada mais claro, nada mais reformista. É a propósito da unicidade sindical que os conflitos deflagram. O PS e o PPD batem-se pelo pluralismo sindical, para bem poderem organizar as suas centrais sindicais de controle partidário; o que daria o estabelecimento de qualquer central controlada pela CIA, como é o caso da CISL. Aos trabalhadores cheira-lhes a manobra da burguesia e respondem na rua que não querem pluralismo.

Fica no entanto por fazer a pergunta — o que é que representa a Intersindical, quando é que esteve ao lado dos trabalhadores, em que lutas se empenhou?

As ambiguidades deixadas por estas perguntas que não se fizeram nos grandes meios de comunicação, e a ambiguidade, deixada pelo pesado aparelho de propaganda da Intersindical e dos partidos reformistas, será clarificada na primeira altura em que as lutas puserem em confronto os trabalhadores e a burguesia. Nessa altura se verá, mais uma vez, quem está do lado dos trabalhadores. Quem esteve ou não esteve na Tap, nos CTT, na Lisnave e em centenas de outras empresas. Os resultados já existentes das eleições nos CTT respondem a esta pergunta.

A Intersindical e o PC estiveram contra, por via das suas enormes contradições. Mas o PS e o PPD, que agora se declaram pela unidade de base, pela "unidade na liberdade", e dizem que "só na unidade os trabalhadores se defendem eficazmente do patronato", alguma vez estiveram ao lado dos trabalhadores, alguma vez os apoiaram? A concorrência partidária, a ambição do poder, faz perder completamente a vergonha! Ainda havemos de ouvir o PPD declarar-se "marxista-leninista" como última cartada...

Mas para além das cartadas democráticas, deveremos estar atentos às ameaças veladas, às entrevistas, às alianças diabólicas, que podem fazer pesar perigos sobre a cabeça dos trabalhadores portugueses. Em relação a isso é a que estar atento e a que analisar o dia a dia deste contraditório poder político.

E à sobretudo que organizar para lutar e lutar para organizar, porque quanto mais trabalhadores se organizarem lutando, mais terreno conquistarão à burguesia.

comunicado

SECURITAS CUSTÓDIA

Recebemos com pedido de publicação, o seguinte comunicado do Plenário dos Trabalhadores das firmas SECURITAS E SECURITAS — CUSTÓDIA:

Os trabalhadores reunidos em plenário no dia 8/1 decidiram, dada a urgência e gravidade do assunto, enviar para o Ministério do Trabalho o seguinte telegrama:

"Os trabalhadores do Grupo Securitas reunidos em plenário c/ representantes comissão vigilantes desejam manifestar seu desagrado e reprovação dos despedimentos colectivos ou individuais. Segue para este Ministério abaixo assinado.

O Plenário dos trabalhadores das firmas Securitas e Securitas — Custódia,"

No actual momento quando tanto se fala de liberdade, trabalho e acção não existe justificação seja ela qual for para se verificar neste país a vaga de despedimentos a que assistimos quase todos impassíveis.

Nesta linha de pensamento urge apelar à unidade dos trabalhadores portugueses porque só deles depende uma tomada de posição que impeça tudo aquilo a que temos vindo a assistir.

Evitemos novo crime fascista!

Dos militantes da U. P. G., P. S. A. N. e ETA em Paris recebemos o seguinte comunicado, a respeito dum grupo de presos espanhóis:

EVA FOREST, ANTONIO DURAN, JOSÉ ANTONIO GARMENDIA e JOSÉ MARIA ARRUABARRENA, militantes pela causa da liberdade e da in-

dependência do povo basco e pelo socialismo, vão ser julgados pelos tribunais do estado franquista, acusados, através duma descarada e contraditória montagem policial, tanto de acções revolucionárias, como das execuções de Carrero Blanco e do torturador Posadas, como da provocação fascista de "Puente del Sol" e correm o grave

risco de serem condenados à morte — apesar de completamente inocentes — nos próximos processos.

Por outro lado, desde há quinze dias, mais de duzentos presos políticos bascos estão a fazer uma greve da fome. A sua reivindicação fundamental, para além da melhoria de condições da sua de-

tenção, é A AMNISTIA, A LIBERDADE PARA TODOS OS PRESOS POLÍTICOS E O REGRESSO DOS EXILADOS.

As organizações signatárias, representantes da luta dos povos galego, catalão e basco pela sua libertação nacional e pelo socialismo, fazemos um apelo para uma nova mobilização, capaz de

repetir o êxito de Burgos, de apoio e solidariedade a todos os presos políticos, e em especial aos que correm o risco de serem condenados à morte.

LIBERDADE PARA FOREST, DURAN, GARMENDIA E ARRUABARRENA!

AMNISTIA GERAL PARA OS PRESOS E EXILADOS POLÍTICOS!

VIVA GALICIA CEIBE E SOCIALISTA!

VISQUIN ELS PAISOS CATALANS INDEPENDENTS E SOCIALISTES!

GORA EUSKADI ASKATUTA GORA EUSKADI SOZIALISTAI!

Os militantes de Paris de: U. P. G. — Union do Povo Galego

P. S. A. N. — Partit Socialista d'Alliberament Nacional dels Països Catalans (provisionals)

E. T. A. — Euskadi Tu Askatasuna.



"...militantes pela causa da liberdade e da independência do povo basco e pelo socialismo..."

Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME
MORADA
LOCALIDADE
PROFISSÃO

ASSINATURA: Semestral — 80\$00
Anual — 120\$00

PAGAMENTO: Em cheque
Em Vale

APARTADO 4117-LIS.-4